

ENTRE A REALIDADE E A FICÇÃO: OS DESACERTOS DA POLÍTICA NEOLIBERAL NO JORNAL NACIONAL

CARLA MONTUORI

Doutora em Ciências Políticas pela PUC-SP. Mestre em Comunicação e Cultura das Mídias pela Universidade Paulista. Especialista em Jornalismo pela Cásper Líbero. Professora da UNIP/SP, UNIFAI e Faculdade Flamingo.
carla_montuori@ig.com.br

PATRICIA RODELLI AMOROSO

Mestra em Comunicação e Cultura da Mídias pela UNIP/SP. Jornalista. Professora da UNIP/SP.
patiamoroso@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo discute a relação entre a realidade e a ficção no telejornalismo brasileiro, tendo como objeto de estudo o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. O objetivo do texto é relatar os impactos da política neoliberal no Brasil, a partir da perspectiva do sociólogo Francisco de Oliveira, verificando, em contrapartida, qual a abordagem midiática adotada pelo noticiário para dar contas das mesmas discussões. Para tanto, recorreu-se a resultados de pesquisas já realizadas sobre o Jornal nacional, durante a gestão Fernando Henrique Cardoso, selecionando veiculações específicas do primeiro (1994-1998) e do segundo mandato (1998-2002).

PALAVRAS-CHAVE

Telejornalismo; Jornal Nacional; Política; Neoliberalismo.

ABSTRACT

This paper discusses the relationship between reality and fiction in TV journalism in Brazil, where the object of study is the National Journal of the Globo Television Network. The purpose of the paper is to report on the impacts of neoliberal policies in Brazil, from the perspective of the sociologist Francisco de Oliveira, checking, however, that the approach adopted by the news media to account for the same discussions. To this end, we used the results of research conducted on the National Journal, during the Fernando Henrique Cardoso, selecting specific placements of the first (1994-1998) and the second term (1998-2002).

KEYWORDS

Journalism on TV; National Journal of the Globo Television Network; Politics; Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

“Em um mundo onde o que não é transmitido pela TV não existe, um governo sem imagem tem toda razão para se inquietar” (DEBRAY, 1994, p. 95). Este, certamente, foi um dos primeiros efeitos da mídia televisiva a revolucionar o campo político.

Desde seu surgimento oficial, em 1939, nos Estados Unidos, a televisão suplantou o rádio e a mídia impressa, devido à sua capacidade de atrelar códigos sonoros e imagéticos, transferindo a esse meio de comunicação um poder fascinante. Essa sintonia entre a fala, o som, mas principalmente a imagem, promove uma ação hipnótica sobre o telespectador, que conforme atesta Rezende (2000, p. 31), já é suficiente para mantê-lo preso horas diante do televisor.

É também essa relação entre imagem e som que confere maior credibilidade ao veículo, e transforma a TV em uma máquina de verdades. Para Macial (1995, p. 26) a relação de sedução com a televisão se estabelece com a imagem, por meio da qual o telespectador, a partir do olhar, passa a acreditar naquilo que vê na tela. É, segundo o autor, uma relação quase mágica, que o olhar estabelece entre o fato que é mostrado na tela da televisão e o telespectador que recebe a informação (MACIAL, 1995, p. 16).

Dessa forma, as imagens de TV constituem, junto com o telespectador, um ícone da veracidade para grande parte dos fatos transmitidos mundialmente. Daí decorre parcialmente o poder da mídia televisiva. A legitimidade intrínseca da televisão pode ser verificada em frases de uso corriqueiro proferidas pelos espectadores, principalmente brasileiros, a saber: “passou na TV” ou “deu na TV”. Essa credibilidade conferida às imagens midiáticas relegou à televisão o poder de atuar como construtora da realidade e do imaginário social. Nesse momento, tudo precisou, para de fato existir, passar pelo vídeo.

Em contrapartida, já se tornaram freqüentes as críticas dirigidas aos meios de comunicação de massa, mais precisamente a televisão, no que tange à omissão de temas que exploram a realidade econômica e política do país. Em raras circunstâncias, conforme esclarece Arbex Jr. (2001, p. 83), o mecanismo hipnótico e simulador da televisão se rompe, permitindo que se identifique claramente a sua estrutura, seu alcance e sua profundidade. Nesse momento, informa o autor, pode-se perceber o papel da mídia televisiva, atuando na criação, falseamento e destruição de mundos e realidades (ARBEX JR., 2003, p. 84), estabelecendo-se, assim, o contraponto entre ficção e realidade. Ao fazer com que o público enxergue o mundo a partir de suas lentes e vieses, ou, como bem enfatizou Bourdieu (1997, p. 29), o poder da mídia em fazer ver um fato pela sua ótica, transforma qualquer acontecimento em um simulacro da realidade.

A palavra “simulacro” aparece com recorrência nas obras de Jean Baudrillard. Entretanto, Sodré (2000, p. 33) oferece uma definição concisa de simulacro, apreendendo, também, a própria relação da televisão:

Como a imagem de Narciso no espelho, o simulacro é inicialmente um duplo ou uma duplicação do real. A imagem no espelho pode ser o reflexo de um certo grau de identidade do real, pode encobrir ou deformar essa realidade, mas também pode abolir qualquer idéia de identidade, na medida que não se refira mais a nenhuma realidade externa, mas a si mesmo, ao seu próprio jogo simulador.

Como esclarece Arbex Jr. (2001, p. 45), essa dinâmica televisiva é a principal responsável por reiterar uma percepção de mundo que nem sempre estará de acordo com a realidade institucionalizada pela História. Foi com base nessa problemática, e visando testar tal divergência, que este artigo foi desenvolvido. Para tal, pretende-se com esta pesquisa, trazer luz a algumas análises realizadas sobre o *Jornal Nacional* da *Rede Globo* de televisão, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, buscando identificar como foi veiculada a política neoliberal, suas implicações e conseqüências, confrontando com as teses, dados estatísticos e pesquisas científicas desenvolvidos sobre esse tema, por especialistas e sociólogos renomados do campo da política. Com isso, acredita-se que será possível pontuar o papel da chamada grande imprensa, mais especificamente da *Rede Globo*, na construção da hegemonia neoliberal no Brasil e se o discurso propagado por essa mídia foi divergente em relação ao cenário nacional.

A escolha do objeto de estudo, no caso o *Jornal Nacional*, deve-se ao fato de que a percepção que a opinião pública possui de um governo e de suas ações passa pela mídia. Seu poder de escolher ou enfatizar acontecimentos, personalidades e prioridades, segundo sua lógica produtiva e empresarial é o principal influenciador no processo de análise, esquecimento ou valorização de fatos e acontecimentos. Nesse sentido, vozes, projetos e acontecimentos são selecionados ou não, valorizados ou não.

No cenário político brasileiro, tal interferência midiática foi identificada principalmente no telejornalismo, essencialmente o praticado pela *Rede Globo* de Televisão, via *Jornal Nacional*, que determinou, por diversas vezes, os rumos políticos do país. Transmitindo uma pretensa neutralidade, o *Jornal Nacional* ajudou a desbancar e elevar, no campo político, quem lhe convinha, segundo os interesses da própria emissora.

Vale ressaltar que o *Jornal Nacional*, desde seu surgimento, sempre manteve uma liderança efetiva e um poder de penetração ímpar com a massa, determinado, atualmente, por 66% de *market-share*¹⁶ em relação aos demais noticiários televisivos.

Há, entretanto, uma problemática nesse processo: em um país no qual a televisão ocupa um lugar privilegiado¹⁷, e o telejornal é a principal fonte de informação da população, o fato de uma empresa noticiosa se sobrepôr às demais e ter domínio de audiência, pode gerar tendenciosidade e manipulação, não só de fatos e notícias, mas também de ideologia. Assim, o objetivo deste artigo é verificar se a agenda política do *Jornal Nacional*, durante episódios pontuais do Governo Fernando Henrique Cardoso é reveladora dessa constatação.

Para realização deste trabalho, recorreu-se às pesquisas de agendamento e enquadramento do *Jornal Nacional*, já realizadas por pesquisadores do campo da mídia, a saber: Lima (2004), Porto (1999), Colling (2004), Arruda (1995), durante períodos específicos da gestão FHC. Vale ressaltar que cada pesquisa abrange um determinado período do governo FHC, conforme mencionaremos. Ainda, para analisar os desacertos da política neoliberal no país, trabalharemos com as teses propostas pelo sociólogo Oliveira (1999; 2002; 2003; 2006).

A POLÍTICA NEOLIBERAL NO BRASIL

A história política do Brasil é, como bem conceituou Oliveira (1999; 2002; 2003; 2006), a história de uma “permanente exceção”. Exceção que se presentifica, principalmente, na relação da classe dominada com o Estado, na sua batalha constante pelo exercício dos direitos mínimos de cidadãos que são, em paralelo, boicotados pelas classes dominantes, que castram toda e qualquer possibilidade de “fala” que esteja vinculada à constituição de uma democracia brasileira no sentido *stricto* do termo.

A realidade descrita por Oliveira (1999; 2002; 2003; 2006), em suas análises sobre o cenário político e econômico, não vislumbra perspectivas promissoras ao país. A política neoliberal, iniciada com Fernando Collor de Mello, ganhou força com o governo Fernando Henrique Cardoso e segue em continuidade com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aumenta sensivelmente as contradições sociais e coloca o Brasil em uma crise política sem precedentes. Isso porque o neoliberalismo, no seu conceito matriz, defende a idéia de que o mercado, e não o Estado, deve ser o único alocador de salários e capital. Para isso, faz parte da política neoliberal, a reestruturação do Estado, no intuito de torná-lo mínimo.

¹⁶ Conforme pesquisa realizada pelo Ibope, em maio de 2004, o *Jornal Nacional*, apresentado por Fátima Bernardes e William Bonner, possui 66% de *market-share*, seguido pelo *Jornal do SBT*, apresentado por Hermano Henning, com 19%; na seqüência, aparecem o *Jornal da Record*, apresentado por Boris Casoy, com 7%; o *Jornal da Band*, apresentado por Carlos Nascimento com 4% e o *Jornal da TV*, apresentado por Augusto Xavier e Rita Lisauskas com 4% (FÁTIMA..., 2004)

¹⁷ Segundo nos esclarece Chaia (2006), no que tange à mídia impressa, somente 19% da população brasileira é leitora dos jornais diários.

O movimento de enfraquecimento do Estado, com base nesse modelo, efetiva-se por inúmeras variáveis, como a quebra de barreiras comerciais entre os países, a alocação de capitais internacionais, a liberação das regras do comércio e, principalmente, a baixa capacidade intervencionista do Estado, em prol do controle quase absoluto dos projetos de desenvolvimento dos países pelas corporações multinacionais, tanto dos centrais, como dos periféricos (LUCAS, 2000, p. 6).

Como bem observa Oliveira (2006, p. 42), é nesse momento que a supremacia econômica torna-se evidente, e a política passa a ser inteiramente dominada pela economia:

O Estado mínimo da falsa utopia neoliberal não é mínimo na economia, como pregam os tolos: ele se faz mínimo é na política. Num movimento de pinças simultâneo, o Estado se faz máximo na economia e mínimo na política, e os dois lados projetam uma economia sem política, portanto, sem disputa.

Esse movimento traz como consequência, segundo relata Passet (2002, p. 38), o desemprego, a insalubridade e a degradação total dos valores sociais. Para exemplificar tais efeitos no Brasil, Oliveira (2006, p. 36), aponta que a taxa de desempregados entre 1989 e 1999, saltou de 1,8 milhões para 7,6 milhões, e o índice de desemprego foi de 3% para 9,6% da População Economicamente Ativa (PEA).

Para além disso, a política neoliberal implantada no Brasil levou o país, como bem conceitou Oliveira (2003, p. 132), a uma situação de involução. O autor usou o termo “ornitorrinco” para tentar classificar aquilo que se tornou o país: algo irreconhecível, já que há no conceito, uma metáfora com uma figura inclassificável do mundo animal.

O “ornitorrinco”, segundo classifica Oliveira (2003), é resultado de um intenso crescimento aliado à péssima distribuição de renda. Assim, para explicar a formação do ornitorrinco, o autor não despreza as heranças pesadas do país, como a escravidão e a colonização. Além disso, ressalta a questão do “capitalismo tardio”, formulada pelos autores clássicos (no sentido de uma sociedade capitalista que se completou já com a primeira Revolução Industrial consolidada, através da ação do Estado – que, no caso brasileiro, levou a uma sociedade desigual).

Enfatiza, entretanto, que o mote dessa problemática está na desconstrução do Estado pela política neoliberal, pregando a autonomização do mercado. Cita números que representam o que significa o sistema financeiro nesse novo cenário:

Um sistema financeiro ainda atrofiado, mas que, justamente pela financeirização e elevação da dívida interna, acapara uma alta parte do PIB, cerca de 9% em 1998, quando economias que são o centro financeiro do capitalismo globalizado alcançam apenas 4% (Estados Unidos), 6% (Reino Unido), 4% (Alemanha), 4,2% França. Em contrapartida, os créditos bancários totais sobre o PIB foram de apenas 28% em 2001 e já haviam caído para 23% no primeiro trimestre de 2003: países desenvolvidos têm proporções que vão dos 186%, no Japão, 146% para os Estados Unidos e até 80% para a Itália (OLIVEIRA, 2003, p. 133).

Atendo-se criticamente aos números, o sociólogo alerta também para a alta proporção da dívida externa sobre o PIB, enfatizando a importância do dinheiro externo na movimentação da economia nacional: em 2001 o total da dívida externa sobre o PIB alcançou alarmantes 41% e o mero serviço dela, juros sobre o PIB, de 9,1% (OLIVEIRA, 2003, p. 134).

Há, nessa perspectiva, uma relação de endividamento que está inserida no próprio processo de financeirização da economia. Segundo o autor:

Essa dependência financeira externa cria, também, uma dívida financeira igualmente espantosa, como a única política capaz de enxugar a liquidez interna produzida exatamente pelo ingresso de capitais especulativos. Mas é também um adiantamento sobre a produção futura, de modo que somando as dívidas internas e externas, chega-se à conclusão de que para produzir um PIB anual é preciso endividar-se na mesma proporção (OLIVEIRA, 2003, p. 135).

Na visão de Passet (2002, p. 76), gerenciar tais equações monetaristas, contribuiu para que o Estado deixasse de lado a problemática social e econômica, especialmente as preocupações com os empregos, com a oferta de dinheiro no mercado e com os direitos sociais. Em relação à mão-de-obra assalariada

do país, por exemplo, esta assiste à perda, desde 1990, da formalidade trabalhista, que vem sendo substituída por um elevado aumento de empregos informais, sendo estes, bem mais suscetíveis à extração da mais-valia, naquilo que caracterizou para Marx a mais perfeita exploração (OLIVEIRA, 2003, p. 142). Segundo nos informa o sociólogo, nos anos 1990, a criação de postos de trabalho resumiu-se a empregos precários, sem formalização e com baixíssima remuneração. De cada cinco ocupações criadas, quatro estavam naquilo que se caracteriza como setor informal (OLIVEIRA, 2006, p. 37).

É diante desse cenário pouco promissor que se percebe a aniquilação da classe trabalhadora do país, em conjunto com o fracasso do Estado, e a sua total impossibilidade, sob essas circunstâncias, de implantação de qualquer política universal. O seu funcionamento se dará apenas, segundo esclarece Oliveira, a partir da operacionalização de “políticas de exceção”, como o programa Bolsa Família, implantado no governo Lula.

As políticas assistencialistas, que são na verdade políticas de funcionalização da pobreza, são a contraparte desse movimento de verdadeira liquidação da classe em curso no desenvolvimento brasileiro. E não à toa elas continuam se multiplicando sob todos os títulos exatamente no governo Lula, a começar pelo Fome Zero (OLIVEIRA, 2006, p. 37)

A imensa desorganização do sistema, que está presente, sobretudo, na aniquilação da classe operária, no enfraquecimento dos sindicatos e dos partidos e, principalmente, na total falta de controle do mercado, produz, segundo o autor, um curto-circuito que é fatal para a política e para o exercício do governo (OLIVEIRA, 2006, p. 38).

Já na contramão do cenário pouco engrandecedor da política econômica do país, relatado por Francisco de Oliveira, encontra-se a elite dominante da mídia televisiva brasileira, que assumiu, com ênfase absoluta, a missão de ocultar e transformar fatos, transmitindo uma visão distorcida da história, para um público que pensa absorver “a realidade” por meio desse único meio.

A POLÍTICA NEOLIBERAL E AS DISJUNÇÕES NOTICIOSAS DO JORNAL NACIONAL

Em artigo publicado sob o título: *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*, Oliveira (1999) relata a anulação da fala que está submetida a sociedade civil brasileira, desde 1930, pela ação de silenciamento que a classe dominante impõe aos dominados, à sua maneira, em cada momento político do país.

A formação da sociedade brasileira, se a reconstituirmos pela interpretação de seus intelectuais “demiúrgicos”, a partir de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Machado de Assis, Celso Furtado e Florestan Fernandes, é um processo complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente privatização do público, interpretado por alguns com a categoria de patrimonialismo, revolução pelo alto, e incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia: em resumo, de anulação da política, do dissenso, do desentendimento, na interpretação de Rancière (OLIVEIRA, 1999, p. 59).

Enfatiza, entretanto, que a política neoliberal iniciada por Fernando Collor de Mello, e consolidada por Fernando Henrique Cardoso, permitiu o desenvolvimento desse processo de forma plena e acabada (OLIVEIRA, 1999, p. 66).

Para tal, vale ressaltar que a política neoliberal consolidada por FHC encontrou na mídia a sua mais poderosa aliada. Ao definir sua agenda, ou enquadrar um tema, sob um aspecto específico, a imprensa impôs sua soberania de idéias e fatos, elegendo e excluindo seus falantes. Assim ocorreu durante toda gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Apesar dos desencontros e desacertos da política neoliberal, pouco se discutiu sobre a real situação do país. Conforme esclarece Oliveira (1999, p. 81): “ninguém utilizou mais a mídia como metamídia que o governo FHC: através dela, ele desqualificou a oposição e a excluiu do discurso público”.

Na prática, tomando por base o *Jornal Nacional*, os exemplos que mencionaremos indicam que o lado ficcional da política econômica de FHC e a supervalorização do real permaneceram em pauta durante todo o seu mandato (1994-1998; 1999-2002), com ênfase em 1994 e 1998, anos eleitorais.

Conforme atesta Rubim (1999, p. 59), em sua análise sobre as eleições de 1994, no JN, não era preciso promover nenhuma manipulação declarada em prol de FHC, como a do último debate entre Lula e Collor, em 1989. Segundo enfatiza o autor, “uma cobertura quase isenta da campanha combinava-se com uma escandalosa publicidade do real no espaço jornalístico, com a vantagem de não contrariar a legislação eleitoral em vigor”.

No noticiário, o apoio ao candidato Fernando Henrique Cardoso, era sustentado basicamente por reportagens que promoviam o engrandecimento do real, atribuindo todos os méritos do plano monetarista ao candidato. O cenário promovido pelo telejornal era de grande estabilidade. O discurso do Plano, conforme atesta Rubim (1999, p. 60), estava em conformidade com o cenário existente, não excluía os temas sociais, porém era condicionado a uma visão otimista da realidade, enaltecendo o fim da inflação e a estabilidade monetária.

O tempo dedicado reportagens sobre o real sustentava a maior parte do noticiário. Arruda (1995), em análise do JN, durante o período compreendido entre 25 de julho e 5 de outubro de 1994, destaca que dos 90 telejornais veiculados, 80 deles fizeram reportagens que citavam o Plano Real de forma otimista e engrandecedora, segundo informa:

O Real era o centro de todo processo eleitoral, Fernando Henrique era seu planejador e se vitorioso, poderia aperfeiçoá-lo, Rubens Ricupero e o governo eram seu executor. Na execução do programa era necessário a energia e o “Jornal Nacional” não deixava de atribuí-la ao governo [...] (ARRUDA, 1995, p. 111).

Durante os primeiros anos da gestão FHC, o telejornalismo na *Globo*, sobretudo o praticado pelo *Jornal Nacional*, adotou uma editoria política mais branda, que excluía temas econômicos, vinculados ao governo. Porto (1999), ao analisar 24 edições do *Jornal Nacional*, entre junho de 1995 e agosto de 1996, pontuou as modificações do noticiário, que passou a privilegiar a criminalidade, a violência e o *fait divers*, em detrimento da política. Segundo esclarece Porto (1999, p. 20), o noticiário apelava para uma cobertura mais populista e menos política, na qual a participação do cidadão comum ocupava o espaço das fontes oficiais do governo, como membros do Congresso e do Judiciário. O autor faz nota, ainda, da quase ausência de membros de organizações não-governamentais, seguida de maior participação de grupos sociais e profissionais privilegiados.

Em contrapartida, os efeitos devastadores da política neoliberal, quando transmitidos pelo telejornal, eram totalmente descontextualizados do governo federal. Assim, as conseqüências da crise econômica, como os problemas de saúde, emprego, educação e segurança, não entravam na pauta do noticiário como problemas ligados à gestão FHC.

Além disso, conforme informa Colling (2004, p. 61), o JN beneficiou a gestão FHC ao silenciar aspectos negativos dos índices históricos do desemprego no país e ao enfatizar outros aspectos positivos, como a queda constante da inflação.

Para exemplificar, em meados de 1997, o tema desemprego já era a principal preocupação do eleitor brasileiro, segundo apontavam as pesquisas do Ibope, de junho de 1997, que trazia 62% dos entrevistados considerando esse problema como o principal drama do país.

No que se refere à cobertura do *Jornal Nacional* sobre o tema, Lima (2004), em análise do telejornal, no período de junho a julho de 1997, verificou que havia somente divulgação dos índices quando indicavam crescimento da oferta de empregos, entretanto, sem compará-los com os índices anteriores ou informar a taxa do período. Para Lima (2004, p. 284), isso significava que: quando o desemprego crescia, o JN não divulgava (não pautava, omitia), mas quando o desemprego diminuía o JN divulgava (promovia, salientava).

Outro exemplo semelhante pode ser retirado do dia 30 de março de 1998. Enquanto a mídia impressa dava ênfase a problemas como o desemprego, o incêndio florestal em Roraima e o combate à epidemia de dengue e à reforma ministerial, o *Jornal Nacional* dedicava 2 minutos e 40 segundos a uma

reportagem sobre a infidelidade de um macaco babuíno no zoológico de Brasília. Segundo ressalta Lima (2004, p. 285), na mesma edição do JN foram dedicados apenas 2 minutos e 29 segundos à cobertura do assunto política, sendo que o Movimento Sem Terra (MST) mereceu 38 segundos e a reforma ministerial apenas 10 segundos.

As manifestações populares também eram temas que incomodavam a emissora e o governo FHC e, desta forma, eram inteiramente descontextualizadas e desacreditadas pelo *Jornal Nacional*. Em 20 de maio de 1998, quando o índice de desemprego atingia a marca de 19%, houve uma manifestação promovida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), das quais faziam parte manifestantes do *Grito de Terra Brasil*. Esperava-se que a grande manifestação terminasse com um ato público, em frente ao Congresso Nacional. Entretanto, o que havia sido programado para terminar em ato pacífico acabou se transformando em uma longa seqüência de violência, em que estiveram envolvidos manifestantes, parlamentares, sindicalistas, políticos e a Polícia Militar do Distrito Federal.

A cobertura do *Jornal Nacional*, segundo esclarece Lima (2004, p. 307), mencionou a manifestação contra o desemprego, mas empenhou-se em caracterizar o movimento como baderna e desordem. Para legitimar sua posição, o JN, do dia 21/05/1998, deu voz ao presidente FHC que reiterou o caráter de desordem do evento, em fala ao telejornal: *Uma coisa é a manifestação dentro da lei, democrática. Outra coisa é a baderna. Baderna não é bom, não ajuda quem faz e atrapalha a compreensão do processo político. Eu acho lastimável.*

Outro fator de grande relevância para o país foi a greve de professores das universidades públicas e estaduais, que teve início em setembro de 1998, e durou 98 dias. Apesar de toda crise revelada pela categoria, baixos salários para manutenção dos professores e pouca verba para pesquisa, o governo demorou mais de dois meses para levar a proposta de aumento ao Congresso.

Durante esse período, a cobertura do JN foi totalmente descontextualizada, e mostrou apenas os problemas que a paralisação causava à sociedade em geral e aos estudantes, e em nenhum momento mencionou os problemas de base relacionados à questão.

Coincidência ou não, a ação de desmoralização dos movimentos sociais transmitida pelo *Jornal Nacional* encontrou respaldo na política de Fernando Henrique Cardoso, em uma espécie de retroalimentação constante. Segundo nos esclarece Oliveira (1999, p.80), uma das características da gestão FHC foi a anulação da fala e a fabricação de um consenso imposto, ao modo das ditaduras. Para exemplificar, o autor cita os funcionários públicos federais que ficaram dois anos sem receber qualquer reajuste e o assunto não foi sequer pautado por nenhum veículo de mídia.

Outra cobertura emblemática do *Jornal Nacional* referiu-se à privatização da Telebras, realizada pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1998. Lima (2004, p. 317) explica que apesar dos debates que o tema provocou no Congresso Nacional e, principalmente, na sociedade civil brasileira, o *Jornal Nacional* foi omissivo ou quase omissivo na transmissão do maior leilão de privatização da história do país. Além de defender claramente o programa de privatização da empresa, o noticiário sequer questionou as condições e o preço por que ela foi vendida. O JN da véspera ocupou 3 minutos e 20 segundos para cobrir o leilão, e 10 minutos para cobrir o nascimento da filha da apresentadora Xuxa.

Ao analisar o cenário de 1998, percebe-se que houve uma forte relação entre a mídia brasileira e a política, no sentido de definir uma agenda favorável ao governo, mesmo mediante uma crise econômica e política muito grave. Colling (2004, p. 60), em sua análise sobre o tema, esclarece:

Em 1998, as intervenções no campo das mídias se fez, antes de tudo, em total sintonia com as forças dominantes do campo político. A adesão da mídia foi assim indiscutível. A tradição oficialista e governista da mídia outra vez se realizou. Mais que isto, ficou patente uma afinidade ideológica entre setores dominantes na política e boa parcela da mídia em torno do Plano Real e das proposições neoliberais para o Brasil.

Já o *Jornal Nacional*, afirma Colling (2004) com base em seu estudo de agendamento e enquadramento, realizado no ano de 1998, beneficiou a imagem de Fernando Henrique Cardoso, uma vez que utilizava as próprias fontes governamentais para explicar a crise. Segundo o autor:

O JN beneficiou FHC porque tratou os problemas brasileiros como eram explicados pelo governo federal, sem atribuir as causas dos problemas ao poder público. Aos invés disto, preferiu imputar estas responsabilidades ao conjunto da sociedade, excluída de governo, ou aos setores não personalizados, como o “mercado”, por exemplo. Com isso, é muito possível que a ampla maioria da audiência não tenha relacionado os problemas brasileiros com o governo federal (COLLING, 2002, p. 61).

Havia, entretanto, nesse cenário, um acordo explícito entre a emissora e o governo. Segundo nos informa Arbex Jr. (2003, p. 393), entre inúmeras relações de promiscuidade da *Rede Globo* com o governo, pode-se destacar o escândalo surgido em torno do aporte de R\$ 284 milhões na *Globo Cabo*. Ainda, revelou-se que além desse valor, entre 1997 e 2002, as Organizações *Globo* teriam recebido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aportes e financiamentos que totalizam R\$ 695 milhões.

Foi nesse período, mais precisamente na primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso, que a emissora construiu uma central de produções *hollywoodiana*, capaz de gerar programação exportável e filmar qualquer paisagem sem sair de Jacarepaguá. Ainda, nessa época, a *Rede Globo* apostou na Internet e investiu pesadamente na televisão a cabo, por acreditar nas pesquisas publicadas pela IBTA (Associação Brasileira de Televisão a Cabo), de que se tratava de um negócio altamente lucrativo¹⁸.

O fracasso no número de assinantes da televisão a cabo no Brasil, somado aos pesados investimentos que a *Globo* assumiu nas últimas décadas, levou a emissora a contrair uma dívida, que vem enfrentando dificuldades para quitar, em nome da *holding* do grupo, a Globopar, de R\$ 5,8 bilhões (US\$ 1,9 bilhão), o que equivale a 60% da dívida de todas as empresas de mídia brasileiras.

Dessa forma, supõe-se que não foi por acaso, que a *Rede Globo* passou a apoiar o presidente Lula logo após a eleição de 2002. Para Francisco de Oliveira (2006, p. 28), essa aliança se estruturou quando, as pesquisas de intenção mostravam a impossibilidade de o candidato José Serra sair vitorioso. Sendo assim, o autor esclarece que: a *Rede Globo*, particularmente, detentora de volumosa dívida externa, mudou de posição, e um dia depois da eleição apresentou o programa do “caminho de Garanhuns” de um predestinado (OLIVEIRA, 2006, p. 28). Nesse momento, não se estabelecia, segundo o autor (p. 29), uma simples aliança, mas estava em desenvolvimento a estratégia de fazer o presidente eleito reconhecer os interesses da classe de quem manda na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao enumerar a maneira como aspectos fundamentais da política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso eram tratados no *Jornal Nacional*, este artigo funcionou como um indicativo de que a situação real do país ficou distante da agenda do noticiário. Os desencontros e desacertos da política neoliberal praticada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, durante seus dois mandatos (1994-1998; 1998-2002), foram transmitidos numa versão descontextualizada e pouco explicativa à população.

Apesar dos efeitos devastadores da política neoliberal no campo social, o que se criou na mídia televisiva foi um jogo fantasioso com o telespectador, regulamentado por um acordo entre os grupos midiáticos e o governo, no qual não somente a fala, mas o pensamento mantinha-se censurado.

Como resultado, o sistema permaneceu inalterado, alimentando-se do êxito relativo dos seus próprios fundamentos e da “desorganização” política. E a mídia, por sua vez, manteve-se como personagem

¹⁸ A dívida da Globopar se avolumou com o fascínio pela tecnologia digital e a fé em um ciclo virtuoso da economia e na imutabilidade do câmbio fixo verificada no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. O grupo partiu para uma grande expansão, ao custo de um pesado endividamento no exterior – 80% da dívida é em moeda estrangeira. A partir de 1995, o grupo investiu em TV a cabo (Net Serviços), TV por satélite (projeto Sky, em parceria com Rupert Murdoch) e em outros projetos da Globosat. A abertura do mercado de telecomunicações, com o surgimento de novos serviços, e o fim do monopólio estatal da telefonia provocaram uma euforia de investimentos, que se prolongou até a privatização da Telebras, em 1998. Informação disponível em: <<http://www.oficinainforma.com.br/pv.php?pv=1328>>. Acesso em: 22 mar. 2006.

decisivo da vida política e cultural, impulsionando a espetacularização da democracia e fazendo com que a fala ficasse mais distante das classes dominadas e a reflexão crítica, ou mesmo a contestação, se tornasse algo completamente inatingível.

REFERÊNCIAS

- ARBEX JR., José. **Showrnlismo**: a notícia como espetáculo. 3. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- _____. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Denis de. (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. São Paulo: Record, 2003.
- ARRUDA, Lilian Rose de. **O vôo das notícias**: o *Jornal Nacional* e as eleições de 94. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- CHAIA, Vera Lúcia. Quem elegeu os âncoras? 2006. **Caros Amigos**. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/outras_edicoes/edicoes_especiais/eleicoes/maria_ribeiro>. Acesso em: 28 maio 2006.
- COLLING, Leandro. Os estudos sobre o *Jornal Nacional* nas eleições pós-ditadura e algumas reflexões sobre o papel desempenhado em 2002. In: RUBIM, Antonio Albino. (Org.). **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil**: ensaio sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hackers, 2004.
- DEBRAY, Régis. **O Estado sedutor**: as revoluções midiológicas do poder. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FÁTIMA Bernardes, garota nacional. **Contigo**, n. 1511, 2 set. 2004.
- LIMA, Venício A. de. **Mídia**: teoria e política. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- LUCAS, João Ignacio Pires. Neomonopolismo e o vários liberalismos: e os estudos dos casos do Chile e Brasil. **Sincronía**, México, Inverno, 2000.
- MACIAL, Pedro. **Jornalismo de televisão**: normas práticas. Porto Alegre: Sagra D.C Luzzatto, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. O trabalho abstrato e as novas formas de conflito (entrevista). In: LOUREIRO, Isabel et al (Org.). **O espírito de Porto Alegre**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: _____. (Org.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- _____. O momento Lênin. **Novos Estudos**, n. 75, jul. 2006.
- PASSET, René. **A ilusão neoliberal**. São Paulo: Record, 2002.
- PORTO, Mauro. Novas estratégias políticas na *Globo*? O *Jornal Nacional* antes e depois da saída de Cid Moreira. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 22.. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1999.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil**. um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Mídia e Política no Brasil**. João Pessoa: UFPb, 1999.
- SODRÉ, Muniz. **Televisão e psicanálise**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2000.